

HISTÓRIAS SOBRE AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO CONTRA MULHERES: SUGESTÕES PARA PENSAR UM CAMPO DE ESTUDOS

STORIES ABOUT GENDER VIOLENCE AGAINST WOMEN: SUGGESTIONS FOR THINKING A FIELD OF STUDY



LUCIANO RODRIGUES CASTRO⁴

ANA PAULA DE CASTRO NEVES⁵

Resumo

Este ensaio procura apresentar reflexões sobre algumas possibilidades para a escrita da história para a temática das violências de gênero contra mulheres. Embasado em projetos epistêmicos pós-modernos e decoloniais, afirma a primazia do observador e da interpretação e procura dimensionar a escrita da história a partir do narrador e de sua relação com conceitos e fontes. Procuramos, ao longo do texto, explorar a origem, as potencialidades e as limitações dos conceitos de “gênero” e “violência de gênero contra mulheres” de forma a apontar as possibilidades que se abrem e fecham aos historiadores que procuram explorar este campo.

Palavras-chave: Escrita da História; violências de gênero; epistemologia da História.

Abstract

This essay seeks to present reflections on some possibilities for the writing of history for the theme of gender violence against women. Based on postmodern and decolonial epistemic projects, it affirms the primacy of the observer and interpretation and seeks to dimension the writing of history from the point of view of the narrator and his relationship with concepts and sources. We seek, throughout the text, to explore the origin, potential and limitations of the concepts of “gender” and “gender violence against women” in order to point out the possibilities that open and close to historians who seek to explore this field.

Keywords: History Writing; gender violence; epistemology of History.

Introdução

⁴ Doutorando e Mestre em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos – (PPGIDH) da Universidade Federal de Goiás. Graduado em Comunicação Social (Bacharelado em Jornalismo) pela Universidade de Goiás.

⁵ Doutoranda e Mestre em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos de – (PPGIHD) da Universidade Federal de Goiás.



A historiografia ocidental tem, frequentemente, se dedicado ao estudo das histórias das mulheres na sociedade, sendo crescentes os debates intelectuais em torno de gênero e sexualidade desde o século XX. Neste sentido, cita-se a importante obra de Simone de Beauvoir intitulada “O Segundo Sexo”, que, ainda em 1949, abriu novas perspectivas para a compreensão das relações de gênero, passando pela “História da Sexualidade”, de Michel Foucault e “Problemas de Gênero”, de Judith Butler.

Assim como em outras áreas do conhecimento, nota-se que estudos envolvendo gênero não demoraram a provocar reverberações no campo da história, sendo que as renovações historiográficas trazidas pela Escola dos Annales, pela Nova História ou pelas interpretações frequentemente colocadas sob o termo generalista “Pós-Modernismo”⁶ permitiram a emergência do tema como uma verdadeira subdisciplina. Obras de historiadoras como Michelle Perrot, Joan Scott e Arlette Fargé se tornaram leituras básicas sobre o tema. No Brasil, os estudos históricos sobre o campo também emergiram, consagrando nomes como Margareth Rago, Raquel Soihet, Marta Rovai ou Mary Del Priore.

As leituras historiográficas, certamente, partem de uma interlocução com os questionamentos teóricos que emergiram ao longo do último século, mas também com os contextos históricos em que brotaram (outro bom exemplo é o “Calibã e a Bruxa”, de Silvia Federici). No caso brasileiro, é importante destacar que os estudos sobre história das mulheres ou história e gênero se tornam cada vez mais proeminentes, mas leituras específicas sobre as histórias das violências de gênero contra mulheres ainda são parcas. Isto porque, embora tenha ganhado proeminência nas ciências sociais brasileiras, consagrando nomes como Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Marilena Chauí e Lourdes Bandeira, o tema ainda tem pouca reverberação na área da história.

Em diálogo com essa literatura – contribuições como as de Joan Scott, Bonnie Smith, Rachel Soihet, dentre outras – buscamos, neste ensaio, demarcar sugestões de caráter epistemológico e metodológico para a escrita de histórias sobre violências de gênero. Neste intuito, começamos por reflexões sobre os conceitos de gênero e violência de gênero (por acreditar que não se faz história sem aportes conceituais ou teoria sem história). Em seguida, procuramos demarcar a especificidade da observação histórica para

⁶ Para os propósitos deste trabalho, operacionalizamos o termo “pós-modernidade” a partir da definição oferecida por Jean-François Lyotard (1998), para quem a pós-modernidade é condição intelectual e social marcada pela superação de metanarrativas. Utilizamos o termo como uma espécie de guarda-chuva capaz de abranger diferentes vertentes intelectuais colocadas sob seu alcance.



o tema das violências de gênero contra mulheres e, ao fim, procedemos à reflexão metodológica.

Todo o ensaio toma como eixo estruturante uma percepção pós-moderna da história, para a qual, via de regra, importa primordialmente refletir sobre o observador e sua escrita, deslocando-o da confortável posição epistêmica a partir da qual se afirmava, em leituras mais clássicas, como objetivo, universal e transparente. Nesta mesma toada, convocamos reflexões dos feminismos decoloniais – especialmente a partir das contribuições de Maria Lugones e Jota Moçamba – para dimensionar estes deslocamentos a partir de realidades pós-coloniais.

Sobre os conceitos de Gênero e Violência

Onde começa e onde termina o gênero? A pergunta (quando é feita) tem levantado respostas divergentes. Gostaríamos, para os propósitos deste artigo, não de buscar respostas para a questão, mas de tatear a utilidade de um posicionamento para a escrita das histórias sobre violências de gênero contra mulheres.

O trabalho em torno de conceitos importa por razões centrais. Concordamos com Reihardt Koselleck, quando afirma que:

There is no history without societal formations and the concepts by which they define and seek to meet their challenges, whether reflexively or self reflexively; without them, it is impossible to experience and to interpret history, to represent or to recount it. In this sense, society and language belong to the metahistorical premises without which *Geschichte* and *Historie* are unthinkable. Social-historical and conceptual-historical theories, questions, and methods thus refer to all possible areas within the discipline of history (KOSELLECK, 2002, p.23).

O conceito de gênero tem sido afirmado como uma necessidade central para a escrita da história, nas últimas décadas. Enunciado a partir dos anos 1970 como ferramenta teórica a partir da qual fosse possível deslocar a compreensão sobre experiências femininas das compreensões naturalistas e deterministas então vigentes, o termo “gênero” expressa, em última análise, a compreensão de que entre “homens” e “mulheres” não há interações determinadas por imperativos naturais incontornáveis, mas antes uma classificação e divisão ancorada sobre símbolos e normas que expressam uma relação social com permanente potencial de resignificação.

Uma das melhores conceituações do termo veio, precisamente, de uma historiadora: Joan Scott. Ao procurar demarcar a necessidade de um maior esforço teórico por parte de historiadores – ainda hoje prontos a se definirem mais por sua imensidão de fontes do que por suas habilidades teóricas -, propôs a validade e necessidade do gênero como categoria para análise histórica. Segundo ela:



O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 2019, p. 67).

Como a autora bem enfatiza, as classificações de gênero têm relevância central na fabricação de relações de poder. Desta forma, eles seriam, precisamente, uma maneira por meio da qual ele seria exercido, e a compreensão das formulações simbólicas por meio das quais ele se estrutura e reestrutura, varia ou se repete, ao longo do tempo, é central para a compreensão histórica.

Outra autora de matriz foucaultiana que trabalhou com o conceito de gênero foi Teresa de Lauretis. Intelectual de origem italiana, a pensadora legou contribuições centrais para pensar a violência de gênero como processo representativo.

The very notion of a 'rhetoric of violence', from which this volume departs, presupposes that some order of language, some kind of discursive representation is at work not only in the concept 'violence' but in the social practices of violence as well. (...). From the Foucauldian notion of a rhetoric of violence, an order of language which speaks violence — names certain behaviors and events as violent, but not others, and constructs objects and subjects of violence, and hence violence as a social fact — it is easy to slide into the reverse notion of a language which, itself, produces violence. But if violence is in language, before if not regardless of its concrete occurrences in the world, then there is also a violence of rhetoric, or what Derrida has called 'the violence of the letter' (1976a: 101-140). I will contend that both views of the relation between rhetoric and violence contain and indeed depend on the same representation of sexual difference (...); and further, that the representation of violence is inseparable from the notion of gender, (...). I contend, in short, that violence is en-gendered in representation (LAURETIS, 1997, p.12).

Para a autora, tanto o gênero como a definição de violências de gênero são processos representativos. Estas representações, contudo, ao mesmo tempo em que instauram certas visibilidades, inviabilizam a devida consideração de outras práticas de violação como violência.

Esta formulação teórica nos ajuda, neste sentido, a pensar não apenas como a fabricação do conceito de gênero possui limitações, mas também como ela sempre imporá limitações (e será limitada, em processo reverso) à própria concepção de violência de gênero.

Aqui, é importante retomar uma das perguntas que abriram esta seção: quais os limites do conceito de gênero? Estes têm sido apontados longamente (embora, em muitos casos, não com o objetivo de refutá-lo). As autoras dos feminismos negros, por exemplo, têm apontado as limitações de certos feminismos tradicionais, marcadamente



hegemonizado pelas formulações de mulheres brancas e de classes médias. Bell Hooks, por exemplo, afirma eloquentemente que:

Em termos gerais, as feministas privilegiadas têm sido incapazes de falar a, com e pelos diversos grupos de mulheres, porque não compreendem plenamente a inter-relação entre opressão de sexo, raça e classe ou se recusam a levar a sério essa inter-relação. As análises feministas sobre a sina da mulher tendem a se concentrar exclusivamente no gênero e não proporcionam uma base sólida sobre a qual construir a teoria feminista. Elas refletem a tendência, predominante nas mentes patriarcais ocidentais, a mistificar a realidade da mulher, insistindo em que o gênero é o único determinante do destino da mulher. Certamente, tem sido mais fácil para as mulheres que não vivenciam opressão de raça ou classe se concentrar exclusivamente no gênero. Embora se concentrem em classe e gênero, as feministas socialistas tendem a negar a raça ou fazem questão de reconhecer que a raça é importante e, em seguida, continuam apresentando uma análise em que a raça não é considerada (HOOKS, 2019, p.207).

O questionamento às limitações do conceito foi enunciado com ainda mais clareza por Maria Lugones, a partir de sua perspectiva decolonial.

Durante o desenvolvimento dos feminismos do século XX, não se fizeram explícitas as conexões entre o gênero, a classe e a heterossexualidade como racializados. (...) Também é parte desta história o fato de que só mulheres burguesas brancas são contadas como mulheres no Ocidente. As fêmeas excluídas por e nessa descrição não eram apenas subordinadas, elas também eram vistas e tratadas como animais, em um sentido mais profundo que o da identificação das mulheres brancas com a natureza, as crianças e os animais pequenos. As fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido de seres “sem gênero”, marcadas sexualmente como fêmeas, mas sem as características da feminilidade (LUGONES, 2020, pp. 73-74).

Pensando gênero como uma chave classificatória da qual apenas alguns corpos podem participar, Lugones inscreve o conceito na estruturação geopolítica global e nas circulações de saberes que ele conclama.

Junto a estas autoras – citadas apenas a título exemplificativo -, Judith Butler talvez tenha sido a autora que mais contundentemente apresentou uma crítica a noções estáveis de gênero. A partir da noção de inteligibilidade/ininteligibilidade de gênero, procurou pensar suas subversões.

Gêneros "inteligíveis" são aqueles que, de alguma forma, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo. (...) Sua persistência e proliferação, entretanto, oferece críticas oportunistas para evidenciar limites e objetivos reguladores daquele domínio de inteligibilidade e, portanto, inaugurar, no seio dos próprios termos daquela matriz de inteligibilidade matrizes rivais e subversivas da desordem de gênero (BUTLER, 2003, p. 63).

O que todas estas manifestações críticas têm em comum é que, ao propor uma complexificação do conceito, viabilizam aprofundar a compreensão das violências de



gênero. Esta foi pensada – e ainda hoje tem sido hegemônica – a partir da compreensão de experiências de gênero de mulheres brancas. Foi a partir das experiências de mulheres brancas de classe média, reduzidas ao espaço doméstico e confinadas a tarefas de cuidado, que se passou a falar em violência doméstica, violência simbólica e congêneres.

Embora estas experiências sejam compartilhadas por muitos outros grupos de mulheres e os instrumentos desenvolvidos para seu combate também as atenda, é importante demonstrar suas limitações. Mulheres negras, no Brasil contemporâneo, ainda estão entre as que mais têm dificuldades para acessar políticas públicas para proteção contra violências de gênero. Mulheres indígenas têm sido apontadas como aquelas que menos se beneficiam tanto do aparato legal quanto das políticas públicas, porque ambos foram fabricados em contextos muito distantes de suas realidades. Historicamente, a própria Lugones aponta essa articulação diferencial de violências:

(...) a violação heterossexual de mulheres índias ou escravas africanas coexistiu com o concubinato, bem como com a imposição do entendimento heterossexual das relações de gênero entre os colonizados – quando isso foi conveniente e favorável ao capitalismo eurocêntrico global e à dominação heterossexual das mulheres brancas (LUGONES, 2020, p.74)

Se retomamos a compreensão de Lauretis e a articulamos às passagens anteriores, não é difícil imaginar como imaginar violências de gênero – seja em contextos acadêmicos, jornalísticos ou legislativos – envolve formular certas experiências, a despeito de outras. Estas formulações, como a própria composição terminológica denuncia, envolvem as limitações fornecidas pela própria concepção de gênero que embasa o processo enunciativo. Enunciar a violência – mesmo com propósitos combativos e reformistas – acaba por reinventá-la. Como autores como Derrida (1978) e Spivak (2010) tem apontado, não há exercício linguístico que escape à violência.

Com estas considerações em mente, reproduzimos, para finalizar essa sessão, passagem do ensaio “Manifestações Textuais (Insubmissas) Travesti”, de autoria de Megg Rayara, Sara York e Bruna Benevides:

Nós, as travestis, antes de nos dizerem quem somos, nunca dissemos que éramos travestis, como também assim ocorre com as mulheres, mas assumimos enunciados que cristalizam verdades sobre nossos corpos. Uma sociedade em disputa por nomeação, a partir do status quo, muito chancelada por estes primeiros estudos (BENTO, 2003; SANTOS, 2010; PERES, 2009; JUNQUEIRA et al., 2009; AMARAL, SILVA, CRUZ, TONELI, 2014), que diziam que somos aquilo que eles chamam de travesti, como se fosse uma autoidentificação, mas nunca foi, foi (um) dado e aceito, por nós e por pesquisadores/as/xs que chegaram nesse campo em construção. Eles/as nos observaram, escutaram, leram, e naquele momento determinaram o que ou quem ser íamos, e nós passamos a também nos enxergar daquela forma,



desatentas em sua subalternidade (e tudo que ela implica). As pesquisas naquele momento não retornavam aos “objetos implicados”, para que qualquer contestação pudesse ser feita. Ainda que retornassem, qual seria a dose de degenerosidade para o acolhimento de quem se permitiu doar e tão pouco receber? Temos refletido constantemente sobre quem somos enquanto travestis e sempre nos parece que antes de nos identificarmos como travestis, fomos colocadas neste (não)lugar devido aos processos de exclusão, que muitas vezes se repetem e geram uma confluência de histórias marcadas pela negação (OLIVEIRA; YORK; BENEVIDES, 2020, p.6).

A passagem – enunciada a partir de subjetividades subalternizadas e marginalizadas pelo sistema de sexo-gênero-desejo vigente – nos coloca diante dos processos de violência que cercam a linguagem.

Sobre uma História escrito *para* uma interlocução

Pensar uma escrita da história requer pensar duas dimensões. Como o próprio nome denota, revela-se por trás do processo de confecção da história livresca uma verdadeira operação. Como brilhantemente afirmou Michel de Certeau:

Considerar a história como uma operação, será tentar, de um modo necessariamente limitado, compreendê-la com a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, um ofício etc.) e *procedimentos* de análise (uma disciplina). É admitir que a história faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser captada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. A partir dessa perspectiva, gostaria de demonstrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social e das *práticas* “científicas”. Esta análise dos antecedentes dos quais o discurso não fala, permitirá precisar as leis silenciosas que circunscrevem o espaço da operação histórica (CERTEAU, 1995, p.18).

A primeira dimensão, como o autor enuncia, se refere ao lugar social. Uma articulação crítica que permita propor histórias para as violências de gênero contra mulheres, portanto, se depara com o desafio de retirar a produção historiográfica de seu lugar de (pretensa) transparência e denunciá-la como discurso. A historiografia feminista, neste sentido, e as próprias epistemologias da história (como Joan Scott ou Bonnie Smith) têm dado significativa contribuição ao argumentar que, no próprio ato enunciativo que invoca a pretensão de universalidade e objetividade perante fontes, constitui-se e se reitera um ideal hegemônico de masculinidade.

Pensar o lugar social a partir do qual é possível produzir histórias sobre as violências de gênero, contudo, demanda mais do que incorporar estes questionamentos. Como argumentado anteriormente, é no próprio processo que representa e instaura o gênero que (as múltiplas) violências de gênero se tornam viáveis e acessíveis – tanto em suas formas mais visibilizadas, como é o caso da violência física, como naquelas ainda menos interrogadas, como a violência epistêmica (SPIVAK, 2010). Pensar este



mecanismo – no sentido proposto por Derrida (1978) – requer considerar que um conceito (mesmo quando em processo de desconstrução) articula zonas visíveis a despeito de outras.

Neste sentido, escrever a história a partir do conceito de violência de gênero contra mulheres requer a consideração de que esta escrita instaura uma determinada forma de visibilidade, articula e legitima certos processos intelectivos de nosso tempo (importante lembrar que o conceito é largamente tributário de disputas políticas, linguajar jurídico e expressividade jornalística) para, então, redimensionar as fontes.

Como bem argumentou Bonnie Smith, ao pensar a contribuição do conceito de gênero para repensar as práticas da disciplina, não se trata de promover uma “correção de rumos” (SMITH, 2003, p. 14). O que está em jogo não é um processo evolutivo por meio do qual um conceito trans-histórico (violências de gênero) possa ser alterado de forma a abarcar todas as experiências, todas as mulheres, todos os contextos e tempos históricos, mas antes a consciência de que o conceito será sempre uma experiência localizada, cerceada pelos próprios interesses, em vias de deslocar (e violentar, enquanto busca combater a violência) o presente e o passado.

O espaço universitário, as academias de ensino e pesquisa, os arquivos, as próprias fontes - todos estes espaços e substratos em torno dos quais gravitamos para produzir discursos validados como “científicos” – são espaços em que as violências podem ser questionadas e, neste instante, reinventadas pelo mesmo ato que buscou bani-las. Como bem afirma Jota Moçamba:

A partir de um descentramento que conduz nossa linha-de-visão àquele ponto até então produzido como cego, a universidade se revela, mais bem, um espaço de violência e de geração de conteúdos dominantes, que não cessa de produzir como ausentes certas vozes para que ecoem outras, nublando formas alternativas de conceber o saber e sua relação com o mundo, para que se consolidem regimes de verdade dentro dos quais a subalternidade só pode ser construída como lugar de impotência — onde não há conhecimento e nem fala (MOÇAMBA, 2015).

A segunda dimensão levantada por Certeau se refere às práticas da disciplina. Aqui, acredito, é preciso levar a sério o caráter de escritura - e, portanto, de ficção – da produção historiográfica. A distinção estabelecida por Keith Jenkins entre história e passado tem particular serventia, neste sentido:

(...) a história constitui um dentre uma série de discursos sobre o mundo. Embora esses discursos não criem o mundo (aquela coisa física na qual aparentemente vivemos), eles se apropriam do mundo e lhe dão todos os significados que têm. O pedacinho do mundo que é o objeto (pretendido) de investigação da história é o passado. A história como discurso está, portanto,



numa categoria diferente daquela sobre a qual discursa. Ou seja, passado e história são coisas diferentes. Ademais, o passado e a história não estão unidos um ao outro de tal maneira que se possa ter uma, e apenas uma leitura histórica do passado. O passado e a história existem livres um do outro, estão muito distantes entre si no tempo e no espaço. Isso porque o mesmo objeto de investigação pode ser interpretado diferentemente por diferentes práticas discursivas (...). No que diz respeito à história, a historiografia mostra isso muito bem (JENKINS, 2014, pp. 23-24).

Se o exercício interpretativo não é apenas o cerne da escrita da história, mas seu próprio eixo constitutivo, faz-se necessário pensar sua relação com as fontes estudadas. Paul Veyne já havia refletido sobre o tema, buscando estabelecer as distinções entre a ficção historiográfica e a ficção literária. Sua saída teórica valoriza o caráter discursivo do texto e a agência do historiador, mas reserva às fontes um estatuto rígido: elas teriam caráter estrito e deveriam ser decodificadas pelas apropriadas práticas metodológicas. Embora não discordemos da relevância de um bom aparato metodológico e ainda menos das limitações impostas pelo material documental à livre interpretação do historiador, parece importante marcar, como faz o próprio Jenkins, que estas imposições são constrictões incapazes de inviabilizar a liberdade interpretativa do observador.

Desta maneira, precisamos levar em conta que constituir um campo de estudos historiográficos sobre violência de gênero contra mulheres constitui uma resposta às demandas contemporâneas. Quem procura a violência baseada em processos de generificação dificilmente encontrará, em documentos do passado, termos como “gênero” ou mesmo “violência contra mulheres”. Cabe lembrar que a própria conceituação e tipificação penal do feminicídio é absolutamente recente e dificilmente seria encontrado em fontes tão recentes como, por exemplo, em debates legislativos nacionais do começo do século XXI. Mesmo a utilização do termo “gênero” em círculos políticos, jurídicos e midiáticos é recente, no Brasil.

Certamente, a partir de operações historiográficas tradicionais, este não seria apenas um projeto mal-visto: seria também impossível. Neste sentido, uma história das violências baseadas em gênero só pode se afirmar – como a própria luta contra estas violências, das quais deve ser afirmada como irmã de primeira hora - como um projeto de contemporaneidade e futuro. Acionamos, aqui, as discussões de Jorn Rüsen (2011) sobre a consciência história, para afirmar a emergência (in)disciplinada de um campo de estudos como afirmação de um lugar no presente que mira o passado e sustenta um projeto de futuro. Um campo que questiona o cânone, as práticas canônicas e oferece suas contribuições para subverter as próprias bases de uma disciplina profundamente enraizada em projetos epistêmicos colonialistas, brancos, cis-hétero-patriarcais.



A proposta, então, pressupõe um labor interpretativo que vá além da tradicional tendência à descrição documental. Quem parte de uma preocupação teórica que é, ela mesma, sintoma que um questionamento estrutural do presente precisa se voltar ao passado para pensar quais eram as forças subterrâneas acionando os processos de violência. Se feministas foram ridicularizadas (em textos e imagens) nos periódicos do começo do século XX (SOIHET, 2002), o que viabilizava (e fazia parecer tão naturais) essas práticas? Se homens foram sistematicamente absolvidos em processos criminais por mortes ou agressões a mulheres, a partir de quais instituições, repertórios e argumentos estas práticas se tornavam aceitáveis? Quem – e de que maneira, a partir de quais instrumentos e tradições – as fazia funcionar?

Proposta anacrônica, dirão os tradicionais. Anacrônica seria, se o anacronismo existisse para além dos delírios cientificistas que marcam a historiografia de tendências positivistas. Reverberamos, aqui, as observações de Jacques Rancière. Pensando o anacronismo e seu papel no campo de estudos históricos, o autor conclui que

Não existe anacronismo. Mas existem modos de conexão que podemos chamar positivamente de anacronias: acontecimentos, noções, significações que tomam o tempo de frente para trás, que fazem circular sentido de uma maneira que escapa a toda contemporaneidade, a toda identidade do tempo com “ele mesmo”. Uma anacronia é uma palavra, um acontecimento, uma sequência significativa saídos do “seu” tempo, dotados da capacidade de definir direcionamentos temporais inéditos, de garantir o salto ou a conexão de uma linha de temporalidade com uma outra. E é através desses direcionamentos, desses saltos, dessas conexões que existe um poder de “fazer” a história. A multiplicidade de linhas de temporalidades, dos sentidos mesmo do tempo incluídos em um “mesmo” tempo, é condição do agir histórico. Levá-lo efetivamente em conta deveria ser o ponto de partida de uma ciência histórica, menos preocupada com sua respeitabilidade “científica” e mais preocupada com o que quer dizer “história” (RANCIÈRE, 2011, p.49).

Para os que ainda procuram “espelhar” o passado, é impossível compreender que não há arquivo ou documentação neutra (não escreviam os antepassados, afinal, para o seu tempo?). O que hoje chamamos de documentos, antes de sê-lo, foram parte de um cotidiano que ajudaram a construir. Nesta condição, moveram-se entre autorizações e proscricções, dogmas, tabus. São, também eles, denúncia do que podia ser dito e do que precisava ser calado. Uma história para as violências de gênero negocia com suas fontes a partir destas percepções. Assim como não há historiador objetivo, também não se pode conceber um documento atemporal. Nas clivagens abertas por temporalidades distintas, o historiador navegará um oceano revolto para fazer suas fontes falarem. Talvez se produza, a partir deste encontro, significados dignos de nota.



Sugestões metodológicas

Em um trabalho intitulado “O corpo feminino como lugar de violência” (2002), Rachel Soihet dedica algum espaço para explicar, de forma didática, certas escolhas metodológicas para abordar os fenômenos da violência no estudo histórico das relações de gênero. Em suas palavras:

(...) embora tenha buscado informações em Periódicos e escritos literários, a consulta a processos criminais e noticiário policial dos jornais do momento focalizado afigura-se fundamental, pois tais fontes constituem materiais privilegiados para uma aproximação com o cotidiano de homens e mulheres dos segmentos populares, especificamente, com vista a perscrutar as suas contradições de gênero: já que de outra forma a existência desses sujeitos caracterizava-se pela invisibilidade, sendo parcamente representados em outra documentação. Quanto aos jornais, revelam-se imprescindíveis a fim de avaliar como tais conflitos eram noticiados. Possibilitam analisar o discurso utilizado, segundo valores que deviam disseminar-se por toda a sociedade, iluminando os comportamentos desejáveis aos homens e mulheres (SOIHET, 2002, p. 270).

Gostaríamos de nos colocar em diálogo com a proposta da autora. Ressalve-se, em primeiro lugar, a sugestão (embrionária, provavelmente pela limitação de espaço) relacionada à classificação e à operação documental. Soihet parece estar plenamente consciente, como experiente historiadora, dos cuidados técnicos a serem tomados ao manejar fontes qualitativamente distintas.

Seguindo suas pistas, gostaríamos de propor algumas sugestões metodológicas. A primeira delas é que estas fontes não transparecem o cotidiano, mas os representa. Não há uma relação de equivalência entre o que dizem e o que procuravam descrever, mas antes uma relação de deslocamento. A segunda característica é que os processos que produziram estes documentos – como as próprias fontes – estavam profundamente imbricados neste “cotidiano” de que a autora procura se aproximar, e que só pode se constituir independentemente na operação historiográfica e interpretativa levada a cabo na escritura.

As consequências a serem extraídas desta problematização estão relacionadas aos diferentes regimes de produção (figurativas e institucionais) destas sobrevivências que, muito depois, seriam colocadas na posição de fontes para o conhecimento histórico. É pertinente indagar-se sobre os interesses e as rotinas relacionadas à atuação das instituições que produziram os processos criminais e as matérias de imprensa; sobre quem era viabilizado como autor(a) destes processos e escritos e quem se via na condição de objeto de representação, levando em conta as próprias disparidades de gênero que viabilizavam uma esmagadora maioria de homens como atores institucionais habilitados



a julgar os conflitos e relegavam as mulheres às condições daquelas que peticionavam ou eram relegadas à condição de réus; interessar-se pelo regime de produção de texto e conteúdo destas fontes, procurando entender seu papel original na ordem institucional/discursiva, o que seus atores tornam visível em sua caracterização, como legitimam seus posicionamentos através de jargões e argumentos de autoridade, e acima de tudo, qual a relevância dos silêncios que operacionalizam: quais características eles não destacam? Sobretudo, perguntar-se como o conflito em questão veio a se tornar uma questão criminal ou de relevância para os impressos, pensando os níveis micro e macropolíticos, os enquadramentos sincrônicos e diacrônicos.

Levar estas características em consideração é central para qualificar o trabalho com as fontes, exatamente porque nos ajuda a compreender como também elas eram resultados de processos desiguais e parte integrante dos regimes de violências de gênero contra mulheres. É apenas ao considerar que a documentação que informa o trabalho interpretativo resultou de processos de *agência* – seja nos processos de violação ou em relação a eles, quando procuravam evitá-los e denunciá-los - que poderemos demarcar o campo de estudos aqui proposto.

Considerações Finais

Este breve ensaio procurou fornecer pistas e reflexões capazes de auxiliar uma pesquisa historiográfica sobre violências de gênero contra mulheres. Nos debruçamos sobre aspectos epistemológicos, conceituais e metodológicos que, acreditamos, se provam úteis para procurar compreender as potencialidades e as limitações de um exercício historiográfico que se enuncie nestes termos. Este campo de estudos ainda possui amplíssimo espaço para exploração na historiografia brasileira, e esperamos que este ensaio seja capaz de acrescentar contribuições a um debate que se faz cada vez mais necessário.

Data de Submissão: 28/02/2022

Data de Aceite: 25/04/2022

Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de **concepts**. Stanford: Stanford university Press, 2002.



DE LAURETIS, Teresa. **The Violence of Rethoric**. In: DI LEONARDO, Micaela and LANCASTER, Roger. (eds.) **The Gender/Sexuality Reader – Culture, History, Political Economy**. New York, Routledge, 1997.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo, Perspectiva/EDUSP, 1973.

HOOKS, bell. **Teoria Feminista: das margens ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019. janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JENKINS, Keith. **A História Refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina**. São Paulo: Contexto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **The practice of conceptual history: timing history, spacing**

LUGONES, Maria. **Gênero e Colonialidade**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MOMBAÇA, J. **Pode um cu mestiço falar?** 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mesticofalar-e915ed9c61ee>.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011, p. 21-50.

RÜSEN, Jorn. **Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. Ed. EDUSC: São Paulo, 2003.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. **Projeto História**, nº25. São Paulo: educ Editora da PUC-SP, dez/2002, p. 269-289.

SPIVAK, Gayatri Chacravorty. **Pode o Subalterno Falar**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2010.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história/ Foucault revoluciona a história**. Brasília: UnB, 1995.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações Textuais (Insubmissas) Travesti. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, pp. 1-12, 2020.